

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>	<p>NP: y3k8icdl SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 03/05/2023 Requerimento nº 377/2023 Protocolo nº 4718/2023 Processo nº 1936/2023</p>	
<p>Autor: Dep. Júlio Campos</p>		

Nos termos da Lei Estadual nº 10.825/2019, conjugada com o Art. 447, da Resolução n.º 677, de 20 de Dezembro de 2006 - que trata do Regimento Interno da ALMT - **requeiro** à Mesa Diretora, ouvido o soberano plenário, que se instale uma **Câmara Setorial Temática**, sobre **Soluções Estaduais para mudanças climáticas - SEMC-MT**, para discutir, avaliar, acompanhar e fomentar criação de políticas públicas estaduais com a realização de reuniões para diagnosticar, analisar e sugerir ações para o aperfeiçoamento da legislação estadual e buscar soluções para temas relevantes para o Estado que promovam a mitigação e o enfrentamento das mudanças climáticas no Estado de Mato Grosso.

O prazo de ação e vigência da Câmara Setorial Temática para conclusão dos trabalhos será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua instalação, podendo ser prorrogada por igual período.

Por fim, requeremos a nomeação dos membros titulares da CST, por ato da Mesa Diretora, com a seguinte composição:

Presidente: Dep. Júlio Campos - *CURRICULUM EM ANEXO*

Relator(a): Carlos Alberto de Vasconcelos - (Servidor e Advogado); *CURRICULUM EM ANEXO*

Secretário(a): Carla Regina Batista - (servidora); *CURRICULUM EM ANEXO*

Membros Técnicos:

Membro Técnico n.º 1. **Gilmar Bruneto “Gauchinho”** - EMPAER- *CURRICULUM EM ANEXO*

Membro Técnico n.º 2. **Benhur Marimon** - UNEMAT - *CURRICULUM EM ANEXO*

Membro Técnico n.º 3. **Professora Catia Nunes** - *CURRICULUM EM ANEXO*

Membro Técnico n.º 4. **Ligia Vendramin – Programa REM RED Mais** – SEMA Mato Grosso - *CURRICULUM EM ANEXO*

Membro Técnico n.º 5. **Felipe Augusto Dias** diretor executivo do SOS - Pantanal - *CURRICULUM EM ANEXO*

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

JUSTIFICATIVA

A presente Câmara Setorial Temática visa discutir, avaliar, acompanhar e fomentar criação de políticas públicas estaduais com a realização de reuniões para diagnosticar, analisar e sugerir ações para o aperfeiçoamento da legislação estadual e buscar soluções para temas relevantes para o Estado que promovam a mitigação e o enfrentamento das mudanças climáticas no Estado de Mato Grosso, incluindo, os seguintes eixos: mitigação e combate às queimadas ilegais; políticas públicas em prol do controle de emissões e mitigações de gases do efeito estufa (GEE) e de criação de legislação que possibilite a cooperação internacional entre o Estado de Mato Grosso e seus entes privados com entidades multilaterais, bancos, governos e empresas; adaptação da infraestrutura urbana dos municípios, das habitações populares, da produção agrícola, especialmente do pequeno e médio produtor; da política florestal, gestão de recursos hídricos; transporte e logística.

Sua finalidade, ao final dos trabalhos técnicos, será alcançar propostas práticas para implementar medidas de universalização de tecnologias sustentáveis, o desenvolvimento de pesquisas e, por consequência, o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso com a preservação dos seus importantes biomas, permitindo assim, universalizar o conhecimento, de forma sistemática e técnica, com a divulgação do conhecimento acumulado sobre o tema, bem como as condições práticas que possam tornar aptas e efetivas ações mais colaborativas com as instituições nacionais e internacionais que cuidam do tema.

Outro foco importante dessa proposta é a geração de empregos e possíveis novos negócios ligados ao tema. Ressaltando a necessidade de regulamentação do Cadastro Ambiental Rural, a política de reflorestamento e restauração, geração de energia verde (solar e eólica), e outros possíveis negócios.

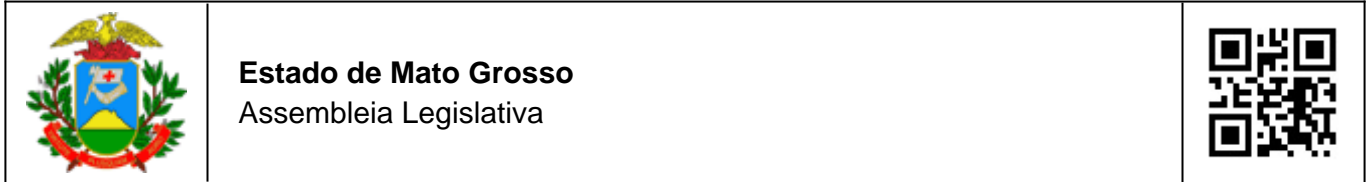
Neste sentido esta CST pretende repensar a legislação estadual atual a fim de adequá-la para um presente com mudanças climáticas relacionadas ao aquecimento da temperatura média do planeta em 1,5 graus Celsius e possíveis previsões futuras, conforme estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo com relação aos seguintes eixos: mitigação e combate às queimadas ilegais; infraestrutura urbana em nossos municípios; habitação; produção agrícola, especialmente do pequeno e médio produtor; política florestal gestão de recursos hídricos; transporte e logística; povos pantaneiros, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

As mudanças climáticas causadas pela emissão de gases poluentes no planeta desde a revolução industrial (1850) já mudaram o futuro do planeta do IPCC/ONU. O aquecimento de 1,5 graus na temperatura média da Terra é uma previsão irreversível.

Parece pouco, mas se considerarmos o nosso planeta como um organismo vivo, é como acrescentarmos uma febre crônica de 38 graus em um ser humano.

E pior, o planeta já está 1,1 graus mais quente do que antes da revolução Industrial. Em 2020, Mato Grosso presenciou uma amostra do que essas mudanças climáticas podem causar.

O Pantanal enfrentou incêndios intensos que atingiram até 29.7% do bioma. O sofrimento da



fauna comoveu o país, a Embrapa Pantanal estima que 17 milhões de animais possam ter morrido apenas durante as queimadas daquele ano.

Mas, o problema é muito mais grave do que uma mera ação criminosa contra a natureza. O alerta dos climatologistas é de que o fogo veio para ficar. O pesquisador do IPCC/ONU, o climatologista Carlos Nobre, alerta que a seca extrema e a propensão aos incêndios serão o 'novo normal' de todos os biomas.

Além de secas extremas, que podem aumentar os incêndios florestais e colocar em risco a segurança hídrica das cidades, vamos também enfrentar grandes inundações, o que coloca em alto risco muitas cidades ribeirinhas da Baixada Cuiabana e outros municípios do Estado, com grandes enchentes nos perímetros urbanos e na zona rural, sobretudo em estradas vicinais e rodovias não pavimentadas .

A seca sempre existiu nesses biomas. Mas, é a frequência desses fenômenos naturais e o encurtamento de ciclos que poderiam demorar até 30 décadas para se repetirem que já nos apontam para um planeta mais quente. Para os cientistas, essa já são manifestações dos extremos climáticos de mais intensidade e curta periodicidade. Além das chuvas, eventos extremos como as secas e ondas de calor tendem a se intensificar.

No início de 2022, uma estiagem recorde atingiu a região centro-sul do Brasil, afetando principalmente os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Segundo dados levantados por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), somente para a safra de soja de 2021/2022, a estiagem causou prejuízo de mais de R\$70 bilhões.

O clima já faz com que Mato Grosso não tenha mais duas safras de soja há alguns anos. Isso sem falar nos impactos na agricultura familiar, que, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, de 2017, corresponde a 77% dos estabelecimentos agrícolas do país e é responsável pelo valor de produção de grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, como 80% da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão. E pior, o último relatório do IPCC, divulgado no último dia 20 de março de 2023 os cenários mais intensos devem ocorrer na região Sul do bioma Amazônia, atingindo estados como Pará, Rondônia e Mato Grosso, grandes produtores de alimentos.

Cientistas do clima apelaram diretamente a todos no planeta para aproveitar uma chance cada vez menor de limitar o aquecimento global a 1,5°C ou arriscar prejudicar as pessoas que vivem hoje e seus descendentes por milhares de anos.

Desta forma, para mitigarmos as mudanças climáticas e adaptarmos as cidades e a população de nosso Estado para um futuro com mais secas e inundações faz-se necessário a construção de um Plano Estadual de Mudanças Climáticas, construído em conjunto com o Poder Executivo Estadual e Municipais, Poder Legislativo, Judiciário, Centros Pesquisas e o Terceiro Setor, através de sua participação na Câmara Setorial Temática aqui proposta, para que se estabeleçam políticas públicas e a revisão da legislação atual para o melhor enfrentamento e mitigação das mudanças climáticas, geração de empregos e novos negócios verdes.

A criação de uma câmara setorial temática é fundamental para que representantes dos diversos setores envolvidos possam se reunir e discutir caminhos e soluções para os desafios enfrentados na gestão dos recursos naturais em Mato Grosso. Será possível promover o



diálogo entre representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo, visando a construção de propostas que sejam efetivas e sustentáveis.

Ademais, a câmara setorial temática é uma medida necessária e urgente, para discussão dos temas no âmbito do Estado de Mato Grosso, que irá contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável do estado e para a preservação desses recursos naturais tão importantes para a vida e para a economia sustentável, da região, do País e do Planeta, tanto a curto, médio e longo prazo.

Finalidade: As ações a se desenvolverem, tem como finalidade a produção de trabalhos técnicos, viabilizando a elaboração de propostas práticas para implementação de medidas de universalização de tecnologias sustentáveis, o desenvolvimento de pesquisas e, por consequência, o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso com a preservação dos seus importantes biomas, permitindo assim, a mencionada universalização do conhecimento, de forma sistemática e técnica, não só com a divulgação do conhecimento acumulado sobre o tema, mas também com a implementação de práticas, técnicas e medidas legislativas, inclusive, que possam tornar aptas e efetivas ações mais colaborativas com as instituições nacionais e internacionais que cuidam do tema.

É de extrema importância que se criem políticas públicas a fim de mitigar os efeitos das mudanças climáticas no Estado de Mato Grosso, bem como em nossos municípios e para tanto as deliberações e sugestões desta Câmara Temática serão de muito pertinentes para a consolidação destas citadas políticas públicas.

Assim, conto com o especial empenho e colaboração dos meus nobres pares para a aprovação deste Requerimento de tão importante tema a ser tratado.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 26 de Abril de 2023

Júlio Campos
Deputado Estadual